

GUERREIRA NÃO É ELOGIO: ESTUDO TRANSGERACIONAL SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES PERIFÉRICAS

Rayssa Ferreira Arruda (IC) e Bruna Suruagy do Amaral Dantas (Orientadora)

Apoio: PIBIC Mackpesquisa

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo compreender as percepções de mulheres periféricas, negras e/ou pardas, acerca do papel de guerreira que lhes foi atribuído, visando averiguar se o conhecimento transmitido entre três gerações de mulheres colaborou para promover mudanças de paradigma. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que utilizou como instrumento metodológico a entrevista semiestruturada, a qual abordou as seguintes temáticas: história de vida, educação, trabalho, discriminação racial e feminismo. A amostra foi composta por doze mulheres, de quatro famílias distintas, pertencentes a três diferentes gerações. A interpretação dos dados se deu por meio da metodologia de Análise de Conteúdo, uma técnica que valoriza a comunicação, atuando principalmente como um estudo da linguagem em si e de seus significados. Concluiu-se que, embora se verifique a manutenção de pensamentos oriundos do patriarcado, é notória a conquista de direitos para as mulheres da geração atual. As mulheres da terceira geração ainda sentem os efeitos do machismo em seu dia a dia, mas percebem as mudanças ocorridas ao longo dos anos, que lhes ampliam o poder de escolha. No que se refere ao termo “guerreira”, a palavra de fato tornou-se um elogio a essas mulheres, que têm suas histórias apoiadas em batalhas que travaram para sobreviver. O termo gera identificação com a própria história e traz o almejado reconhecimento, ainda que oculte os efeitos da desigualdade de raça, classe e gênero.

Palavras-chave: guerreira; mulher; periferia.

ABSTRACT

The present study aimed to understand the perceptions of peripheral, black and/or brown women about the role of warrior assigned to them, in order to verify whether the knowledge transmitted between three generations of women collaborated to promote paradigm changes. This is a qualitative research, which used a semi-structured interview as a methodological instrument, which addressed the following themes: life history, education, work, racial discrimination and feminism. The sample consisted of twelve women, from four different families, belonging to three different generations. Data interpretation was performed using the Content Analysis methodology, a technique that values communication, acting mainly as a study of language itself and its meanings. It was concluded that, although the maintenance of thoughts arising from patriarchy is verified, the conquest of rights for women of the current generation is notorious. Third generation women still feel the effects of machismo in their daily lives, but they notice the changes that have taken place over the years, which have increased their power of choice. With regard to the term “warrior”, the word actually became a compliment to these women, who have their stories supported by the battles they fought to survive. The term generates identification with one's own history and brings the desired recognition, even if it hides the effects of race, class and gender inequality.

Keywords: warrior; woman; periphery.

1. INTRODUÇÃO

“Mulheres Guerreiras do Brasil¹”: esse é o slogan utilizado no marketing da Seleção Brasileira Feminina de Futebol. Embora o Brasil seja o “país do futebol”, quando se trata do futebol feminino, não se verifica a devida consideração. Nos últimos anos, iniciou-se um movimento de jogadoras² e da sociedade, cobrando reconhecimento para a modalidade, mas as atletas seguem lutando por salários e patrocínios igualitários. De igual modo, observa-se que, no Brasil, mulheres plurais, de diferentes classes, raças, profissões e qualificações, enfrentam diuturnamente as mais diversas dificuldades em busca de condições de igualdade, desdobrando-se para provar suas capacidades. Faz parte do imaginário social o reconhecimento de que as mulheres brasileiras, sobretudo as periféricas, são “guerreiras”, o que funciona como uma forma de compensação aos obstáculos que precisam encarar pelo simples fato de serem mulheres.

No que se refere à periferia, entende-se que não se trata apenas de um conceito geográfico, mas também social. O termo tornou-se sinônimo de comunidade pobre ou favela, que hoje não se restringe mais às margens das cidades. No decorrer dos anos, a cidade passou a ser projetada segundo critérios econômicos definidos pelo capital, estruturando-se conforme os desdobramentos dos conflitos de classe, acentuando, assim, a segregação socioespacial. As populações de classes baixas são excluídas da vida e dos recursos básicos do mundo urbano, desprovidas de direitos elementares em razão de não possuírem poder aquisitivo. Assim, a segregação socioespacial favorece a desigualdade social, contribuindo com o aumento de violências estruturais às quais as majorias populares estão expostas (Alves, 2020).

Não obstante sejam formadas majoritariamente por pessoas que se identificam como pretas ou pardas, em consequência da escravidão, as favelas se caracterizam pela heterogeneidade e pluralidade. Negros, pardos, mestiços, camponeses expulsos de suas terras e demais excluídos pelo mercado de trabalho vivem na periferia. Dessa forma, esse território urbano torna-se um lugar de identificação e pertencimento para muitos cidadãos, pois mesmo diferentes e com demandas individuais, a exclusão que sofrem os une. A

¹ Disponível em: <https://esporte.ig.com.br/futebol/selecaobrasileira/2019-03-11/selecao-brasileira-feminina-novas-camisas.html?Foto1>. Acesso em 23/07/2021.

² Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/08/03/maior-do-mundo-e-sem-patrocinio-por-que-marta-ainda-protesta-por-salario.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 23/07/2021.

periferia se apresenta como um local físico e um espaço subjetivo, no qual as vivências cotidianas constroem os sujeitos (Alves, 2020).

A configuração familiar, nesse espaço, é diversificada e em grande parte chefiada por mulheres. Ao se depararem com um cenário de desigualdades, as mulheres criam redes de apoio, ajudando a prover aquilo que falta à comunidade e à própria família, redefinindo as formas de organização da vida familiar, sendo figuras atuantes, apesar de ainda sofrerem demasiadamente com a opressão patriarcal. Nessa posição, a mulher periférica é reconhecida como guerreira, pois atua para garantir a sobrevivência dos seus e dos que estão à sua volta (Alves, 2020). Essas mulheres apresentam uma dupla condição de minoria social, o pertencimento ao gênero e à classe economicamente desfavorecida, e, dessa forma, tiveram que se ressignificar, desempenhando um papel importante nesse processo. “[...] as mulheres da periferia respondem às demandas locais pelo viés disjuntivo da alteridade, a partir de configurações identitárias de resistência e sobrevivência” (Ribeiro; Belin, 2016, p. 41).

Historicamente, foi reservada à mulher a esfera privada, na qual deveria se dedicar apenas aos afazeres do lar e à socialização dos filhos. O movimento feminista, no entanto, desencadeou transformações relevantes nesse cenário, favorecendo a garantia de direitos. Entretanto, as mulheres de camadas mais pobres sempre tiveram a necessidade do trabalho. Na época da escravidão, era designado à mulher principalmente o trabalho dentro do lar; com a abolição da escravatura, essa condição se perpetuou. Mulheres pobres, ex-escravizadas e/ou filhas “bastardas” vendem há muito tempo sua força de trabalho que, com o decorrer dos acontecimentos históricos, foi se diversificando. A mão-de-obra predominante no início da indústria paulistana e no campo era feminina; mulheres sempre estiveram nas lavouras. Mas, diferentemente dos homens, o trabalho feminino era motivo de vergonha (Machado; Souza, 1997). A mulher passa a ter duas jornadas de trabalho, somando a cobrança do trabalho fora de casa à cobrança de ser uma boa mãe e esposa dentro de casa (Carvalho; Paiva, 2009).

Outrossim, as estatísticas apontam que, na periferia brasileira, cerca de 40% dos lares são chefiados por mulheres, de acordo com dados da pesquisa Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA³). Dessas, 56,9% vivem abaixo da linha da pobreza, sendo que para mulheres negras a proporção sobe para 64,4%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

³ Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_acymailing&ctrl=archive&task=view&listid=10-
Acesso em 04/08/2021.

(IBGE⁴). Logo, as mulheres não têm escolha a não ser realizar duplas jornadas de trabalho, pois precisam sustentar sua casa e filhos.

Seguindo por esse caminho pode-se perceber que a vida da mulher no Brasil está condicionada à exaustiva busca pelo mínimo de dignidade e de reconhecimento. Essa ideia do feminino é inclusive difundida pela mídia, como observado nas edições de 2015 do programa “Esquenta”, da Rede Globo, em uma pesquisa realizada por Ribeiro e Belin (2016). Analisando trechos protagonizados por mulheres periféricas e não famosas, percebeu-se o destaque à imagem da mulher forte, que luta por seus direitos e é responsável não só por si mesma, mas também pelos outros à sua volta (Ribeiro; Belin, 2016). Esse protagonismo destacado pelo referido programa, e presente nas mídias de modo geral, como no slogan da Seleção Feminina, acaba por salientar a força dessas mulheres como estratégia simbólica compensatória às intempéries da vida, sobretudo de quem vive em um contexto de dificuldades sociais e econômicas, opressões diárias e formas de violência, indicando a existência de representações estereotipadas, como costuma ocorrer no ambiente periférico (Ribeiro; Belin, 2016). A representação feminina idealizada é de uma mulher que luta durante toda a vida, muitas vezes mais pelo outro do que por si mesma, e é nessa característica que possui seu valor. Os papéis tradicionais de gênero dentro do patriarcado são marcantes no imaginário feminino, sendo base para a formação de sua subjetividade. (Alves, 2020).

Levando em consideração todos esses aspectos, o presente trabalho tem por objetivo compreender as percepções das mulheres periféricas acerca do papel de guerreira que lhes foi imposto, averiguando se o conhecimento transmitido entre três gerações de mulheres colaborou e colabora para a mudança de paradigmas e sua consequente emancipação. Procura-se identificar quais transformações vêm ocorrendo, se essas mulheres estão alcançando sua independência em um cenário de desigualdades acentuadas, e se foram formuladas políticas públicas voltadas à ampliação de possibilidades de escolha e à criação de condições apropriadas à livre expressão de suas vozes plurais.

⁴ Disponível em:

<https://observatorio3setor.org.br/noticias/brasil-57-das-maes-que-criam-filhos-sozinhas-vivem-na-pobreza/>. Acesso em 04/08/2021.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A luta pelos direitos das mulheres se deu associada a acontecimentos históricos como a ascensão do sistema capitalista e a exploração do trabalho. Após as grandes guerras, a mão de obra feminina foi se tornando mais necessária à sobrevivência da família; era preciso mais renda para os lares (Méndez, 2005). Mulheres ocupavam as piores funções, com menor remuneração e, além disso, tinham que sofrer com julgamentos por parte dos homens que desaprovavam o trabalho feminino. O sistema capitalista e sua relação de trabalho trouxeram para a esfera pública a discriminação enfrentada pelas mulheres no espaço privado. Era uma situação paradoxal; por mais que o capitalismo necessitasse da mão de obra feminina, a sociedade lhe oferecia resistência e criava obstáculos à qualificação indispensável à profissionalização, tanto das operárias quanto das burguesas (Méndez, 2005). Porém, como era fundamental capacitar as profissionais para o desenvolvimento do trabalho, houve, então, a massificação da alfabetização feminina. Consequentemente, com mais mulheres tendo acesso à educação, a leitura e a escrita se tornaram instrumentos de emancipação e libertação (Méndez, 2005).

Uma questão conflituosa da época, e que ainda permanece, é que as mulheres privilegiadas estavam em busca de direitos dentro do sistema vigente, enquanto as outras, de uma veia mais revolucionária, almejavam uma mudança estrutural, que substituísse os modelos e hierarquias sociais. Este conflito se fez presente uma vez que as mulheres de classe alta dominaram o movimento de forma a tornar as suas preocupações particulares, isto é, limitadas ao seu contexto, como as preocupações de todo o movimento, tornando-as foco. Ademais, eram elas as mulheres que apareciam na esfera pública por conta de sua classe, e, portanto, suas reivindicações tendiam a ser mais escutadas. As questões das mulheres da classe trabalhadora não eram tidas como relevantes para a mídia e sociedade. (Hooks, 2000)

Conforme ocorria a organização de sindicatos e a realização de protestos por melhores condições trabalhistas, as mulheres também foram reivindicando a garantia de direitos iguais e a superação de um sistema que as oprimia pelo simples fato de serem mulheres. O movimento das trabalhadoras cresceu substancialmente, possibilitando o acesso de mulheres a profissões até então consideradas “masculinas”.

A despeito do aumento das mobilizações, a divisão sexual do trabalho continuou prevalecendo. Foi aceito que mulheres trabalhassem, mas em profissões que estivessem de acordo com os papéis associados socialmente à condição natural da mulher. Com base em narrativas que normatizavam o corpo feminino, lhe foram atribuídos como naturais, como maternas, a criação dos filhos e o cuidado da casa. As mulheres acabaram por exercer

atividades secundárias e mal remuneradas. Empregos relacionados ao cuidado, como educação e saúde, além das atividades domésticas, foram concebidos como essencialmente femininos (Méndez, 2005).

Embora tenham conquistado espaço no mundo do trabalho, os homens não tiveram seus privilégios revogados, e assim, não se tornaram igualmente responsáveis pelo trabalho doméstico. Além disso, a liberdade das mulheres brancas e ricas só era possível se alguém o realizasse. Ou seja, as mulheres pobres e negras. (Hooks, 2000). No fim das contas, o sistema de classes e de raças vigente provou ser mais relevante do que o movimento feminista. Mulheres de classes baixa e média foram, nesse processo, compelidas a adentrar no mundo do trabalho, vivendo sob dupla jornada.

Para alcançar uma verdadeira emancipação, seria necessário subverter a divisão sexual do trabalho, inclusive toda lógica do trabalho doméstico, de modo que as mulheres pudessem se libertar de obrigações impostas pelo gênero. À medida que o trabalho fora de casa foi se expandindo, as mulheres passaram a acumular funções e tarefas; no entanto, a remuneração que ganhavam não compensava a dupla jornada. Para muitas mulheres, o trabalho não era uma questão de escolha nem representava uma possibilidade de emancipação. Uma vez que o trabalho doméstico é considerado “não-produtivo”, pois não gera mais-valia, não é interessante ao homem realizá-lo, embora seja essencial à reprodução da vida social, à conservação da força de trabalho e à manutenção do capital, o trabalho doméstico é profundamente desvalorizado e, por isso, não é digno de remuneração (Méndez, 2005). Logo, sua execução diária contribui para fortalecer as formas de opressão feminina, dado que é um trabalho invisível exercido por um gênero também invisibilizado (Vicente; Zimmermann, 2020). Essa ocupação tornou-se um instrumento de controle e dominação, que imobiliza e paralisa as mulheres. Segundo Vicente e Zimmermann (2020), “[...] é preciso entender que a exploração do trabalho doméstico, do cuidado, pelos homens e pelo capital é uma forma de opressão. Enquanto as mulheres se ocupam do trabalho doméstico dificilmente rompem barreiras necessárias à compreensão de sua própria exploração” (p. 173).

Mulheres de classes altas também enfrentaram dificuldade para conquistar direitos no mundo social, uma vez que viviam de acordo com a moral burguesa a qual pregava um ideal de família que não admitia a mulher ocupar a esfera pública. Todavia, suas demandas, ainda que justas, soavam distantes da realidade das mulheres mais pobres e negras. A opressão vivida pelas mulheres é determinada por condições específicas e intrínsecas ao contexto de vida de cada uma delas. Brancas, negras, pobres, ricas, heterossexuais ou homossexuais, a sua condição eleva os níveis de opressão aos quais serão submetidas (Vicente; Zimmermann, 2020).

A união feminina no movimento só poderia ser alcançada, de acordo com Hooks (2000), se a questão das classes fosse debatida. A autora afirma que “Inserir classe na pauta feminista abriu um espaço em que interseções entre classe e raça ficaram aparentes.”(Hooks, 2000, p. 53) Esse cenário mostrou-se necessário uma vez que o patriarcado reforçava a ideia de que apenas as preocupações de mulheres da elite eram dignas de atenção por dividirem a mesma classe e cor. (Hooks, 2000) A mulher branca usufruiu de privilégios “emprestados”, sendo solidária aos homens de sua classe social em detrimento das mulheres proletárias e negras. O racismo e o sexismo operam articulados em muitas circunstâncias. Ainda que a mulher ganhe menos que o homem, uma mulher branca ganha mais que uma mulher negra, pois são utilizados critérios racistas para calcular a remuneração, principalmente quando se refere ao serviço doméstico (Vicente; Zimmermann, 2020).

O movimento feminista estabeleceu-se sob a ideia de igualdade entre todas as mulheres a qual desconsiderava a questão racial, reproduzindo, dessa forma, práticas opressivas, uma vez que silenciava as vozes negras que formavam o grupo (Rodrigues, 2013). Ao mesmo tempo que são oprimidas, as mulheres brancas e ricas também oprimem as outras mulheres. Desse modo, o silenciamento e a invisibilidade dessas mulheres ocorreram como prática política, inclusive dentro do feminismo, que continua a excluir mulheres negras e pobres, não as colocando como sujeitos políticos (Ribeiro, 2016). Nesse contexto, verifica-se que é pela via da interseccionalidade que o feminismo deve seguir (Vicente; Zimmermann, 2020).

A interseccionalidade é uma forma de compreender as relações e interseções entre raça, gênero e classe social, dando visibilidade às diversas formas de ser mulher, afastando-se da ideia de uma mulher universal, que foi pensada a partir de um tipo específico de ser mulher, aquela que pertence à classe média, é branca, heterossexual e ocidental. O movimento feminista não pode privilegiar apenas um tipo de mulher; dentro da categoria “ser mulher” existem diversas caracterizações. Corresponde, também, a uma tentativa de compreender em que medida esses aspectos conversam entre si e constituem a realidade das mulheres na produção e reprodução de relações de poder. No Brasil, o debate se faz ainda mais necessário, uma vez que se trata de um país marcado por desigualdades múltiplas que atingem diversos setores e segmentos da sociedade; nesse contexto, é preciso desenvolver um feminismo que seja propício às especificidades das mulheres brasileiras. A Interseccionalidade promove maior complexibilidade ao debate, desviando-se de ideias reducionistas e abstratas que se sobressaíram até então (Rodrigues, 2013).

Torna-se aqui fundamental o uso da interseccionalidade como um instrumento teórico-metodológico no estudo das relações e interações de poder, em contextos individuais

e em práticas coletivas, pois em sociedades em que vigoram sistemas sexistas e racistas há um acúmulo de opressões que se sobrepõem (Rodrigues, 2013). Ainda que a mulher triunfe sobre o patriarcado e alcance posições mais altas de remuneração e poder, se forem mantidas hierarquias de classe e raça, a dominação masculina continuará imperando. O capitalismo marca a diferença de classe na opressão patriarcal; não se atentar a isso é ignorar todas as violências às quais as mulheres estão sujeitas em sociedades patriarcais (Vicente; Zimmermann, 2020).

Ademais, no que se refere as questões raciais, no início, as feministas não aceitavam tal diferenciação, pois era entendido que as reivindicações relacionadas apenas ao gênero eram as de verdadeira relevância, o que é compreendido como uma falácia. Somente será possível haver uma legítima sororidade se as mulheres de pele clara fossem capazes de se opor a supremacia branca. Dessa forma, é necessário que o movimento feminista seja também essencialmente e fundamentalmente um movimento antirracista. (Hooks, 2000)

3. MÉTODO

Adotou-se, neste trabalho, a metodologia qualitativa, com o objetivo de compreender fenômenos sociais por meio da coleta de narrativas. Mais importante que a quantidade de pessoas entrevistadas, é a possibilidade que esse método assegura de analisar uma temática com base em pontos de vista mais aprofundados. Minayo e Sanches (1993) discorrem que a abordagem qualitativa se firma no campo da subjetividade e do simbolismo, realizando uma aproximação fundamental e íntima entre os sujeitos e seu ambiente concreto.

A análise qualitativa busca apreender a realidade, considerando a singularidade e as vivências do colaborador. O percurso analítico e sistemático pode tornar possível a objetivação de um tipo de conhecimento, que tem como matéria-prima opiniões, crenças, valores, representações, relações, ações humanas e sociais, possibilitando o desenvolvimento de saberes específicos a partir do cumprimento de requisitos válidos para garantir-lhes o reconhecimento como construto científico (Minayo, 2011).

Ademais, a ideia de neutralidade não se aplica, uma vez que as ações humanas, inclusive as do pesquisador, partem de um sujeito que possui um sistema de referências que interfere em suas escolhas. É preciso que se reconheça a relação complementar entre o pesquisador e o fenômeno de pesquisa na abordagem qualitativa. Não obstante a metodologia almeje alcançar algum nível de objetivação, deve-se aproximar-se ao máximo do objeto localizado em determinado contexto para compreendê-lo de maneira aprofundada, com base em uma visão crítica da própria técnica e na presença do pesquisador no campo.

Ao mesmo tempo que a participação do pesquisador no estudo apresenta um risco quanto ao seu envolvimento com o fenômeno estudado, há também um favorecimento no que diz respeito ao conhecimento sobre o objeto (Minayo; Costa, 2018).

Destaca-se, aqui, que nenhuma abordagem, tanto qualitativa quanto quantitativa, é mais científica do que a outra. O correto ao pesquisador é utilizar instrumentos adequados aos objetivos do estudo. (Minayo; Sanches, 1993). Tal como os estudos quantitativos, as técnicas qualitativas possuem algumas limitações, por exemplo, não se adequam a temas abrangentes de pesquisa, haja vista que é um método que se aprofunda mais no sentido das representações e ações e não na amplitude dos fenômenos (Minayo; Costa, 2018).

As entrevistadas foram três mulheres da mesma família, sendo quatro famílias no total, constituindo uma amostra com doze participantes, todas maiores de 18 anos, residentes na periferia de São Paulo. As entrevistadas são de três gerações de uma mesma família, avó, mãe e filha. Todas se autoidentificam como pretas e/ou pardas. Tais diretrizes foram necessárias para que o objetivo da pesquisa fosse contemplado.

Como instrumento foram realizadas entrevistas semiestruturadas, em que são formuladas perguntas abertas e questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses relacionadas ao tema da pesquisa. Antes da entrevista, um roteiro de perguntas foi construído para auxiliar a pesquisadora no manejo do instrumento e na interação com a colaboradora. Entrevistas são, além de uma forma de se obter informações, processos de interação social, e tal característica precisa ser levada em consideração também na interpretação dos resultados (Manzini, 2004). Foram propostas questões básicas norteadoras, acerca do cotidiano das entrevistadas, explorando o que pensam e como se relacionam com o mundo.

Dessa forma, as perguntas não foram fechadas, pois se trata de uma pesquisa que almeja conhecer as narrativas dessas mulheres, suas histórias e como elas se influenciam entre si. A espontaneidade das respostas se fez necessária na abordagem de temas como escolaridade, trabalho, periferia, família, casamento, machismo, espiritualidade, pertencimento e maternidade, visando averiguar a pertinência dos termos “guerreira” e “mulher forte” que lhe são atribuídos.

Encontramos as colaboradoras por meio de nossa rede de contatos prévia. Entramos em contato com uma pessoa da família para fazer o convite, explicando todos os detalhes da pesquisa, ao passo que as mulheres convidadas aceitaram contribuir com sua participação.

No dia marcado, a pesquisadora se dirigiu ao encontro das entrevistadas nos ambientes que se sentiam mais seguras, em suas residências. As três entrevistas foram

realizadas separadamente, o áudio da conversa foi gravado com o consentimento de todos. Para auxílio, a pesquisadora levou consigo os três roteiros previamente elaborados, um para cada geração. Antes de iniciar as perguntas, todas as mulheres leram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), no qual constam as principais informações acerca do teor do trabalho, discriminando os objetivos da pesquisa, instrumentos, procedimentos, os benefícios e os riscos. e os assinaram, concordando com a sua participação voluntária.

Todas foram informadas de que a pesquisa garantirá a confidencialidade e o anonimato dos dados coletados; os nomes das colaboradoras foram protegidos e substituídos por pseudônimos. Também foi comunicado que a participante poderá interromper a entrevista a qualquer momento e, caso isso ocorra, os dados serão descartados, o que não ocorreu.

Buscando assegurar o sigilo de todos os dados coletados e reconhecendo possíveis riscos no ambiente virtual, todos os arquivos foram transferidos e armazenados pela pesquisadora em um pendrive de posse pessoal. Os dados foram transcritos posteriormente, tornando possível a condução da análise dos discursos, sendo arquivados de maneira que preservou a privacidade e integridade dos sujeitos.

Este estudo foi encaminhado para análise ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Presbiteriana Mackenzie e, somente após sua aprovação, foi iniciado os procedimentos para a realização da coleta de dados. Todos os preceitos

éticos previstos serão rigorosamente respeitados nessa pesquisa, cujo objetivo primordial consiste em produzir um conhecimento científico consistente, que ofereça benefícios à sociedade de modo geral e às mulheres de modo específico.

O projeto apresenta riscos mínimos às participantes. Será elaborado um roteiro cuidadoso para que as perguntas não sejam invasivas, evitando qualquer situação de constrangimento. As opiniões emitidas e as singularidades das mulheres serão respeitadas.

Neste estudo, nos utilizamos como metodologia de tratamento dos dados a análise de conteúdo, desenvolvida por Laurence Bardin. Segundo Bardin (2011), esse método pode ser aplicado em diversos tipos de discursos; trata-se de uma técnica que valoriza a comunicação, sendo principalmente um estudo da linguagem em si e daquilo que ela manifesta. Para tal, a análise segue algumas etapas. A primeira etapa corresponde à pré-análise do conteúdo das entrevistas e à seleção prévia de publicações científicas, a partir das quais serão organizados os materiais disponíveis após a coleta, para que seja possível elucidar as hipóteses definidas a priori, as quais serão seguidas da delimitação de indicadores que sustentem as fundamentações finais. A segunda etapa concerne à exploração e à codificação do material, que consiste na definição das unidades de registro –

compostas por dados que vão ser analisados de fato – e das unidades de contexto – referentes ao contexto da unidade de registro. Nessa etapa, realizamos a categorização das temáticas definidas, que foram agrupadas de acordo com critérios semântico, sintático, léxico ou expressivo. A última etapa estabelece como parâmetro a síntese de todas as categorias analíticas em uma totalidade hermenêutica. Há a conversão dos conteúdos das entrevistas que ainda estão brutos em formas que possam ilustrar e agregar aos resultados encontrados junto às análises, para que ocorra a mediação teórica, os transformando em resultados fundamentados pelas teorias adotadas. (Bardin, 2011).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra da presente pesquisa foi constituída por quatro famílias, três mulheres de cada geração, totalizando doze colaboradoras. A primeira geração corresponde às avós, a segunda, às mães, e a terceira refere-se às filhas. Todas as mulheres se consideram negras e pardas, e residem na periferia de São Paulo. Visando proteger a identidade das entrevistadas, todos os nomes citados neste trabalho são fictícios. A família Gomes tem suas origens na cidade de São Paulo, todas vivem na mesma região desde a infância da matriarca. Na família Rocha, a avó veio do Nordeste, do estado de Pernambuco, com seus filhos ainda crianças. De igual modo, a família Kaori é proveniente da região nordestina, mas nesse caso, a avó mudou-se sozinha da Bahia para a capital, e constituiu sua estrutura familiar na cidade. A família Sousa tem origens no interior de Minas Gerais, no campo; a progenitora casou-se e mudou-se para a capital paulista.

A conversa se iniciou com as colaboradoras narrando brevemente sua história de vida, e já no começo percebemos narrativas permeadas por lutas. Todas as mulheres da primeira geração (Francisca Gomes, Fabiana Rocha, Silvia Kaori e Mayara Sousa) começaram a trabalhar desde cedo. Na época, o ensino superior não era uma opção para nenhuma delas. Sua força de trabalho era indispensável à subsistência da família, seja desenvolvendo os cuidados domésticos, seja realizando o trabalho remunerado. Trabalhar e se casar eram os caminhos que tinham à frente, e a ideia de estudar foi perdendo espaço, pois além das dificuldades financeiras, não se tinha o incentivo necessário para continuar. Fabiana Rocha e Mayara Sousa são semianalfabetas, não conseguiram aprender a ler e escrever, apenas desenhar o próprio nome. Embora Fabiana desejasse muito, suas tentativas de aprendizado não foram bem-sucedidas, fato que relata com tristeza: “(...) eu fui para a escola e não aprendi, tudo eu tentei e não deu certo” (Fabiana Rocha, 11 de fevereiro). Mayara Sousa também demonstrou o desejo pelo estudo; porém, se casou cedo,

tornou-se dona de casa por toda a vida, e não teve incentivo nem oportunidade para prosseguir na escola. Conforme declaração de Francisca Gomes, quando criança, não se dedicou aos estudos em razão da falta de interesse e identificação com o ambiente escolar, o que motivara sua mãe, descontente, a exigir-lhe que trabalhasse desde muito cedo: “Comecei a trabalhar com 11 anos [...] minha mãe falou assim, ‘em casa vagabunda não vai ficar, vai trabalhar, não quis estudar’”. (Francisca Gomes, 11 de fevereiro). Silvia Kaori tinha o sonho de estudar, veio para São Paulo com esse objetivo; contudo, logo que começou seu trabalho como doméstica, seus patrões a impediram de ir à escola. “Daí, quando eu tinha 13/14 anos, uma senhora conheceu minha família, aí elas pediram pra se minha mãe confiava de me trazer, deixar eu vir com eles pra eu ter uma vida melhor [...] depois foi tudo mais difícil, ou eu estudava, ou eu trabalhava, porque a casa virou tipo uma pensão” (sic) (Silvia Kaori, 25 de fevereiro).

Das mulheres da segunda geração (Isabelle Gomes, Adriana Rocha, Flávia Kaori e Joyce Sousa), somente Adriana Rocha não completou o ensino médio, o que ocorreu por conta do trabalho. Adriana levava cerca de 4 horas para retornar à sua casa, e tinha que acordar às 4 da manhã para chegar ao emprego no horário. Habitar na periferia é um desafio por si só, porque a segregação socioespacial nas cidades determinada pelo sistema capitalista acentua a desigualdade social. A população que mora às margens da metrópole e trabalha no centro acaba gastando muito tempo de deslocamento diário, resultando em demasiado cansaço físico e mental, diminuindo as possibilidades de mudança de vida, pois não se tem tempo hábil para estudar, ter algum lazer, iniciar novos projetos e atividades. As longas distâncias geográficas comprometem, inclusive, o tempo que se passa com a família (Alves, 2020). Mas embora tenham começado a trabalhar cedo como suas mães, a busca por qualificação e empregos menos precarizados revelou-se mais acessível, mesmo para aquelas que foram mães na adolescência/início da juventude:

“[...] comprei meu apartamento, terminei minha faculdade, tirei minha habilitação, fiz algumas coisas que eu queria ter feito quando era mais nova, mas fui fazendo aquilo que era necessário, nem sempre o que eu queria, mas o possível dentro das escolhas tortas que eu tive, fazendo o melhor possível da forma que dava” (Flavia Kaori, 25 de fevereiro)

De acordo com Machado e Sousa (1997), ainda que historicamente a mulher estivesse condicionada ao cuidado da casa e confinada no mundo privado, as mulheres pobres e pretas sempre tiveram a necessidade de trabalhar para garantir a sobrevivência da família e suprir as demandas do lar, sofrendo ainda as exigências da estrutura patriarcal que lhes impõe que mantenham suas casas em perfeita ordem. Constatou-se, por meio das

entrevistas, que os primeiros empregos das mulheres da primeira e segunda geração estavam relacionados ao cuidado, como o serviço de empregada doméstica ou babá, lugar historicamente reservado à mulher.

A terceira geração (Hellen Gomes, Julia Rocha, Gabriela Kaori e Larissa Sousa) concebe a educação como a chave para a ascensão financeira e social que, associada à redução da pressão para sustentar a casa e/ou filhos, assegura a essas mulheres mais possibilidades de escolha: “na época da minha avó, mulher só prestava se ficasse dentro de casa, ela viveu a vida dela dentro de casa [...] o único trabalho que ela podia ter era doméstica. Então, isso muda muito na minha geração, a gente consegue ser um pouco além, mas sempre tendo que fazer o dobro...” (Gabriela Kaori, 25 de fevereiro). Todas as netas tiveram mais possibilidades, um cenário distante do de suas mães e ainda mais longínquo do de suas avós. Hellen Gomes não faz faculdade no momento, mas se considera uma microempreendedora, já quis fazer medicina, mas interessou-se pela área da confeitaria. Larissa Sousa é formada, escolheu seu curso pois seu diploma seria válido também fora do país; ela tem planos de morar no exterior. Ambas sem filhos. Júlia Rocha está cursando o ensino superior, sentiu-se disposta a ingressar na universidade após ter uma filha. Gabriela Kaori teve de trocar de curso algumas vezes, mas preservou o sonho de fazer faculdade, apesar de ter sido mãe na adolescência.

A maternidade é uma questão que atravessa as mulheres, sejam elas mães ou não. A ausência da figura paterna, que caracteriza a história da população brasileira, ganhou destaque nos relatos das colaboradoras. O pai das duas filhas mais velhas de Silvia Kaori as abandonou; ela constituiu família posteriormente com o pai de seus dois filhos mais novos. Da mesma forma, o pai de Isabelle Gomes também não assumiu a paternidade, e Francisca a criou como mãe solteira. O pai de Joyce Sousa, filha de Mayara, acabou falecendo quando ela era criança e, de igual modo, Adriana Rocha também não teve um pai presente, sua mãe veio para São Paulo apenas com as crianças. Como tornaram-se chefes do lar sem alguém para compartilhar as responsabilidades, as mães da primeira geração dedicaram-se ao trabalho em tempo integral, passando todo o dia fora de casa. Logo, as três entrevistadas da segunda geração foram criadas, durante alguns anos, por outras pessoas; a maioria, suas avós. Quando se é mãe, as dificuldades parecem dobrar, sobretudo porque a maior parte da carga recai sobre a mulher. (Méndez, 2005) Gabriela Kaori relata que teve que desistir da “faculdade dos sonhos” por conta do filho, porque não tinha com quem deixá-lo, ainda que o pai da criança o tenha assumido. Outro tema abordado pelas participantes da pesquisa foi a creche, que se tornou uma opção limitada, pois o período de adaptação da criança, de acordo com o relato de Gabriela, foi relativamente longo e lhe tomava um tempo

considerável, tornando inviável sua continuidade na faculdade. Fabiana Rocha aponta outra problemática a respeito das creches: por conta da maneira como a cidade é organizada, as mães acabam tendo que sair de casa por volta das 5/ 6 horas da manhã, e as creches só abrem, geralmente, a partir das 7/ 8 horas.

Assim, a falta de outras figuras provedoras no lar faz com que mulheres fiquem ainda mais sobrecarregadas. O movimento feminista lutou para que mulheres pudessem trabalhar, mas pouco se atentou ao fato de que mulheres de classes menos abastadas sempre trabalharam, principalmente em serviços domésticos. As entrevistadas salientaram a necessidade de sustentar a casa, além dos afazeres domésticos, revelando a dupla jornada de trabalho, na qual o homem costumeiramente não contribui com nada. Esse quadro expõe a problemática da divisão sexual do trabalho, segundo a qual as profissões são estabelecidas de acordo com o gênero. (Méndez, 2005) Tomando como base as entrevistas, percebe-se que as mulheres são direcionadas a exercer funções em empregos com baixa remuneração. Partindo dos escritos da autora Bell Hooks (2000), pode-se analisar que as mulheres de classes mais abastadas terceirizaram o trabalho doméstico para conseguir se dedicar à qualificação e ascensão profissional, de modo que quem passou a fazê-lo foi a mulher negra e periférica. (Hooks, 2000) O sistema capitalista, por conseguinte, continua explorando ao máximo a força das trabalhadoras pretas e pobres, com a promessa de que um dia alcançarão poder aquisitivo suficiente para se sustentar de forma satisfatória, o que costumeiramente não ocorre. Francisca Gomes, por exemplo, mesmo sendo aposentada e tendo mais de 65 anos, ainda é empregada doméstica à moda colonial: dorme no serviço durante a semana. Ela gostaria de parar de trabalhar, mas está tentando construir sua casa e, para isso, precisa ampliar sua renda mensal.

As colaboradoras apresentam uma dupla condição de minoria social em função do gênero e da classe a que pertencem. Em relação ao movimento feminista, percebe-se certo distanciamento nos discursos das participantes. Nenhuma das mulheres da terceira geração conhecem o movimento. Da segunda geração, apenas uma não o conhece. As outras mostraram-se favoráveis às pautas e ideias defendidas pelo grupo, mas também há aquelas que teceram críticas, demonstrando que não concordam com seus fundamentos. Desde sua origem, o movimento feminista tratou a mulher como um ser universal, desconsiderando as especificidades de raça e classe, o que contribuiu para promover a marginalização das mulheres que não se enquadram ao padrão da raça branca, de classe economicamente favorecida. (Rodrigues, 2013) Como se pode inferir, essas mulheres encontram-se distantes do movimento em decorrência do feminismo permanecer, desde sua gênese, alheio à realidade das mulheres negras e periféricas. Para se compreender a complexidade da

condição da mulher, deve-se seguir pela linha da interseccionalidade, que analisa as intersecções entre os conceitos de raça, gênero e classe social. Segundo Rodrigues (2013), é preciso desenvolver um pensamento feminista que se comprometa com as especificidades das mulheres brasileiras. A partir das entrevistas, observa-se que, embora suas histórias carreguem traços comuns, as mulheres são plurais e vivenciaram experiências singulares, o que requer do feminismo uma abordagem popular, abrangente e heterogênea: “[...] a gente vê o quanto que a gente precisa trabalhar, o quanto a gente precisa se esforçar. As pessoas que não são da periferia, elas conseguem de outra forma mais fácil, não têm que fazer tanto esforço quanto nós temos que fazer.” (Hellen Gomes, 11 de fevereiro)

Além de todas as dificuldades enfrentadas, elas ainda tiveram – e ainda têm – que sobreviver ao machismo e ao racismo. Por mais que algumas não consigam nomeá-los, percebe-se que sofreram diversas formas de discriminação racial e preconceito de gênero. Fabiana Rocha era proibida pelo marido de tomar anticoncepcional, e um dia, cansada da vida de dificuldades que levava com os filhos pequenos, ainda em sua terra natal, procurou o Sistema Único de Saúde, e realizou a cirurgia de laqueadura: “Ah sim, meu marido não deixava eu tomar remédio anticoncepcional, aqueles homens do norte só quer filho e muitos não dá de comer pros filhos, não quer tomar conta...” (sic) (Fabiana Rocha, 9 de fevereiro). Mayara considera que os homens têm certas facilidades na vida que as mulheres não têm. Silvia Kaori sugere que é a falta de conhecimento que torna as pessoas machistas e acredita no poder das mulheres para enfrentar a opressão masculina: “nós mulheres, a gente quer ter os mesmos direitos, as mesmas razões, antigamente não, mas agora somos fortes e batalhadoras pra isso.” (Silvia Kaori, 25 de fevereiro). Francisca percebe que o pensamento machista está também impregnado em muitas mulheres. As mulheres da segunda geração afirmam, em uníssono, que a situação se tornou mais favorável às mulheres, pois quando eram jovens, sentiam mais dificuldade de se impor como mulher para garantir seus direitos. Compreendem, ainda, que para o homem tudo é permitido e aceito, enquanto a mulher é julgada constantemente por suas ações (Adriana Rocha, 9 de fevereiro).

No que se refere ao preconceito racial, ficou evidente que mesmo para aquelas que não se lembravam de ter sofrido alguma injúria, no decorrer da entrevista acabaram descrevendo situações em que o preconceito se manifesta de forma implícita. Adriana Rocha defendeu que, por vezes, o salário de uma pessoa negra é inferior ao de uma pessoa branca, simplesmente por ela ser negra. Flavia Kaori discorre sobre situações em que foi confundida com uma faxineira ou atendente de estabelecimentos comerciais, mesmo não havendo nenhuma indicação de que exercia essas profissões. Para Joyce Sousa, todas as

pessoas da periferia têm que lutar para garantir o mínimo à sua vida; entretanto, para o negro, a luta é ainda mais intensa. Gabriela Kaori relatou se sentir invisível toda vez que passa por bairros nobres de São Paulo. Larissa Sousa afirmou que já percebe o racismo “de longe” e que a culpa sobre qualquer situação adversa sempre recairá, primeiro, sobre a pessoa preta. Já Hellen Gomes chamou a atenção para o preconceito em relação ao cabelo crespo e deixou claro que, se tiver uma filha, pretende conversar com ela sobre o assunto. Desse modo, a discriminação de gênero e o preconceito racial atingem as mulheres em diversas frentes. Como defende Vicente e Zimmerman (2020), ainda que a mulher consiga superar o sistema patriarcal, só poderá de fato conquistar a verdadeira emancipação quando questões de raça e classe forem consideradas nas agendas públicas e discussões políticas. Será necessária toda uma reestruturação social para colocar mulheres e homens em condição de igualdade, sendo urgente ao movimento feminista converter-se em um movimento antirracista.

Os discursos, conforme esperado, mostraram que as mulheres acabam cuidando umas das outras no contexto periférico. As mais velhas, que já haviam passado a vida trabalhando, passaram a cuidar das netas, para que suas filhas pudessem trabalhar, e assim sucessivamente, corroborando a tese de Alves (2020), segundo a qual a liderança feminina nas famílias periféricas é notável: “Minha mãe veio para São Paulo comigo e meus dois irmãos só, aí fomos para minha tia, aí ela arrumou um emprego, comprou um barraquinho e buscou minha vó. Minha família sempre foi só de mulheres.” (Adriana Rocha, 9 de fevereiro). Ademais, a importância dos ensinamentos ancestrais foi abordada de forma generalizada nas entrevistas; todas as participantes renderam elogios às suas mães e avós, atribuindo-lhes características positivas como responsável, companheira, forte, bom caráter, guerreira e inspiradora. Enfatizaram que, mesmo vivendo na pobreza, tiveram uma “boa criação”. Todas demonstraram gratidão às suas ascendentes e recebem delas o incentivo para enfrentar as adversidades sociais, seja de maneira positiva ou negativa, pois pensamentos como “eu não quero isso para mim” (Flávia Kaori, 25 de fevereiro) as impulsionaram a buscar uma qualidade de vida melhor.

A despeito das dificuldades cotidianas, atualmente verifica-se uma mudança de paradigma em relação às escolhas que as mulheres podem fazer. A terceira geração de entrevistadas identificam novas possibilidades e horizontes em sua vida; elas podem escolher sua profissão com maior facilidade e decidir se irão fazer faculdade e qual será o curso. Até mesmo a pressão em torno da maternidade é menor: “Assim, não é o meu maior sonho, mas quero um dia ser mãe, mas não é uma coisa assim ‘ai meu Deus eu quero muito ser mãe’ [...] Eu tô tranquila quanto a isso, quero um dia, mas eu quero viajar bastante,

quero aproveitar a fase que eu tô” (Hellen Gomes, 11 de fevereiro). “[...] uma mãe que consegue criar um filho hoje em dia, ela é sensacional, ela é guerreira demais. Mas não cabe a mim, não, obrigada, tô correndo. Eu nunca quis e não quero.” (Larissa Sousa, 06 de fevereiro).

De fato, quase todas as mulheres identificaram-se com o termo ‘guerreira’, atribuindo-lhes valores positivos, como se todas as dificuldades que enfrentam fossem recompensadas ao serem reconhecidas como tal e elogiadas com essa palavra. Foram mencionadas com deferência frases como “estou sempre na batalha”, “a mulher da periferia vive lutando, mas é uma vitoriosa”, “não baixar a cabeça”, “a mulher vive em guerra”, além de sentimentos que caracterizam positivamente a mulher periférica, como “honra”, “caráter”, “valor”, alguém que “não desiste”. As mulheres se reconhecem e reconheceram suas ancestrais como verdadeiras guerreiras. Destacou-se, nas narrativas, uma forte identificação das participantes com a ideia de força e determinação. De acordo com Ribeiro e Belin (2016), a cultura brasileira costuma dar destaque às figuras femininas por seu corpo ou por suas ações diante das adversidades. As representações estereotipadas da mulher cristalizaram a narrativa de que seu valor está atrelado ao sofrimento que enfrenta durante a vida.

Todavia, em meio aos comentários elogiosos, destacou-se um discurso de contestação: “Hoje, eu acho que guerreira é uma pessoa que se lasca na vida. Antigamente, falavam ‘nossa, ela é guerreira’, como se fosse uma coisa bonita. Hoje, eu acho que é uma mulher lascada, sem ajuda. O pessoal usa esse termo para de alguma forma deixar a mulher bem. Tipo, de alguma forma você está ali se matando, trabalha longe, cuida dos filhos, fazendo mil coisas... estudando. Aí, o pessoal para te dar uma moral diz: ‘ah não, mas você é guerreira’. No fim, eu acho que a pessoa tá se lascando sozinha” (Júlia Rocha, 9 de fevereiro). Júlia discorre sobre o adjetivo de maneira crítica, problematizando o sentido positivo da palavra guerreira, que indica exatamente o oposto de sua significação no senso comum: a ‘guerra’ enfrentada diariamente é cansativa e parece produzir significativos danos. Em sua concepção, o termo guerreira é uma representação da sobrecarga de trabalho e da solidão do cotidiano. “Eu sinto que tenho excesso de coisas para fazer: maternas, estudar, cuidar da casa e do marido [...] Às vezes, me sinto guerreira assim. Mas tem que fazer, não tem quem faça” (Julia Rocha, 09 de fevereiro). É possível concluir que, no fim, ela se sente guerreira, porque não tem outra alternativa a não ser dar conta de uma grande quantidade de tarefas, sugerindo que, se pudesse escolher, renunciaria a tal elogio para viver uma vida menos sobrecarregada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou compreender as percepções das mulheres periféricas acerca do termo “guerreira” e chegou-se à conclusão de que muitas delas o consideram uma compensação pelo esforço empreendido para modificar as bases de sua vida. Foram levadas em consideração as mudanças geracionais e a importância das ancestrais no empoderamento das novas gerações. A partir de pressupostos teórico-metodológicos da abordagem qualitativa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro diferentes famílias de mulheres negras e/ou pardas que residem na periferia. Após a coleta de dados, os discursos foram analisados com base na metodologia da Análise de Conteúdo.

A pesquisa indica que há mudanças relevantes de paradigma de geração para geração. As mulheres compartilharam que tiveram maiores oportunidades para estudo e trabalho gradativamente ao longo do tempo. Percebeu-se uma tomada de consciência e pensamento crítico mais apurado nas gerações atuais, mas também pode-se afirmar que esse cenário se tornou possível graças as vivências e experiências da geração mais velha. Dentro das possibilidades que tinham de acordo com o contexto em que estavam inseridas, cada uma compreende que fez o melhor que poderia fazer no momento, tudo em prol de uma vida mais digna e de proporcionar um futuro diferente para as filhas. Verificou-se também como a maternidade já não é mais o objetivo comum a todas as mulheres, que hoje em dia possuem outros tantos projetos.

Percebe-se que, partindo da história de suas ancestrais, as mulheres se inspiraram em suas heranças históricas, seguindo duas direções distintas: ou construíram um caminho diferente daquele pavimentado por suas mães; ou reproduziram seus passos, realizando trabalho precarizado, demonstrando falta de interesse pelos estudos e/ou engravidando na adolescência/ início da juventude. Assim, pode-se perceber que, além das transformações, há também certa manutenção das representações e dos papéis de gênero, construídos socialmente e cristalizados na cultura.

Ao se deparar com a realidade dessas mulheres, contrariando a hipótese inicial, ficou perceptível que, para muitas delas, o adjetivo “guerreira” é recebido como um elogio, assumindo um tom compensatório às diversas dificuldades que têm que enfrentar cotidianamente. Houve grande identificação com o termo, dado o reconhecimento que confere às mulheres periféricas. No imaginário coletivo, a ideia da mulher que luta incansavelmente é preciosa e valoriza as dificuldades de um mundo injusto e desigual. Somente uma entrevistada – da terceira geração – analisou o termo de maneira crítica, tratando-o como um rótulo que designa a mulher sobrecarregada e exausta. As mulheres da

terceira geração indagaram mais intensamente os costumes sociais e os estereótipos de gênero, indicando as mudanças históricas e culturais que estão ocorrendo, necessárias à efetiva emancipação e independência feminina. Notam-se, nas declarações, o cansaço da luta diária e o desejo de uma vida mais agradável e tranquila financeiramente. Trabalhar fora, cuidar da casa, dos filhos, dos netos e do marido, além de outros afazeres, são tarefas que as mulheres aceitaram que teriam que fazer, muitas vezes sem nenhuma ajuda, como se fosse o natural a acontecer.

Logo, mesmo que a maioria das mulheres tenha se identificado como guerreira, pode-se compreender que de fato o adjetivo não é puramente um elogio, pois demanda da mulher sacrifícios que podem custar um alto preço, ao passo que a recompensa será apenas uma palavra que representa uma imagem, que não carrega o devido reconhecimento nem gera qualquer tipo de transformação. Ao contrário, o valor do símbolo “guerreira” contribui para manter as assimetrias sociais, raciais e de gênero. Em vez da compensação simbólica, é urgente promover a construção de um sistema equitativo, no qual mulheres são valorizadas pelo que são, e não pela quantidade de batalhas que têm que lutar.

6. REFERÊNCIAS

ALVES, J. S. **Construção da identidade em mulheres adolescentes e jovens periféricas**: uma revisão literária. Trabalho de Conclusão do Curso (Bacharel em Psicologia no Curso de Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, 2020. Disponível: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19729>. Acesso: 1 set. 2021.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo – políticas arrebatadoras*. Tradução de Ana Maria Libânio. Rio de Janeiro. Editora Rosas do Tempo. 2018.

MACHADO, A. M; SOUZA, M P. R. de (Org.) **Psicologia escolar**: em busca de novos rumos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000923076>. Acesso em: 1 set. 2021.

MANZINI, E.J. Entrevista semiestruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: **Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos**. A pesquisa qualitativa em debate. Anais Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos, Bauru: USC, 2004. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf. Acesso em: 25 jan. 2022.

MÉNDEZ, N. P. Faça lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo. **Mulher e Trabalho**, v. 5, p. 51-63, 2005. Disponível em:

<https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/mulheretrabalho/article/view/2712>. Acesso em: 5 out. 2021

MINAYO, M.C. & Costa, A. P. Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, v. 40, nº 40, p. 139-153, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/328403919_Fundamentos_Teoricos_das_Tecnicas_de_Investigacao_Qualitativa. Acesso em: 15 nov. 2021

MINAYO, M. C. S; e SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cad. Saúde Pública**, vol. 9, nº. 3, p. 237-248, jul./set. 1993. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1993000300002&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 17 jan. 2022.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, RJ, vol. 17, nº. 3, p. 1-10, mar. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000300007. Acesso em: 17 jan. 2022.

RIBEIRO, D. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **Revista Internacional De Direitos Humanos**, v. 13, nº. 24, p. 99-104, 2016. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/9-sur-24-por-djamila-ribeiro.pdf>. Acesso em: 5 out. 2021

RIBEIRO, R.; BELIN, L. Guerreiras da Quebrada: O empoderamento da mulher da periferia no programa “Esquental!”. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru, SP, v. 11, n. 2, p. 36-52, 2016. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/89>. Acesso em: 17 ago. 2021.

RODRIGUES, C. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. In: **X Seminário Internacional Fazendo Gênero**, Florianópolis. Anais Eletrônicos. Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373303618_ARQUIV_O_cristianorodriguesFG2013.pdf. Acesso em: 14 set. 2021

VICENTE, J. A. P; ZIMMERMANN, T. R. De Marx ao Feminismo: Uma análise Interseccional de Gênero e Classe nas Relações de Trabalho. **Revista Eletrônica Trilhas da História**, [S. l.], v. 10, nº. 19, p. 159-178, 2020. Disponível em: <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/11890>. Acesso em: 1 out. 2022

Contatos: yssaarruda@hotmail.com e bruna.dantas@mackenzie.br